



relações  
institucionais

# INFORME

## SEMANAL

IRI Nº 132

29 de janeiro a 02 de fevereiro de  
2024



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquiteto ALEP

# Fim do Recesso Parlamentar e as MPs em pauta

No retorno do recesso do Poder Legislativo, os parlamentares enfrentarão, dentre outros temas, as medidas provisórias editadas pelo Governo Federal, com especial destaque para a **MP 1202/2023**.

Esta medida foi editada com o intuito de ajustar as contas públicas através da reoneração gradual da folha de pagamentos, além de prever a limitação da compensação de valores para cumprimento de decisões judiciais, dentre outros.

Na prática, a medida suspende os efeitos da **Lei n. 14.784/2023**, que prorrogou a desoneração da folha de pagamentos até 2027, beneficiando 17 setores da economia.

A lei foi integralmente vetada pelo Presidente da República, porém, o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, retomando a prorrogação da desoneração. No dia seguinte à sua promulgação, houve a edição da MP, suspendendo os efeitos da lei.

Apesar da ação do governo federal, por se tratar de uma Medida Provisória, cabe ao Congresso a deliberação sobre sua conversão, ou não, em lei.

## O que é a desoneração da folha?

Trata-se de um benefício fiscal que substituiu a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de pagamentos, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Aplicada desde 2011, a medida, aprovada em caráter provisório, deveria ser extinta no final de 2023. Entretanto, com a aprovação da Lei n. 14.784/2023 o benefício seria prorrogado até 2027.

A manutenção da desoneração da folha permitirá, dentre outros:



Competitividade dos produtos brasileiros



Manutenção de postos de empregos



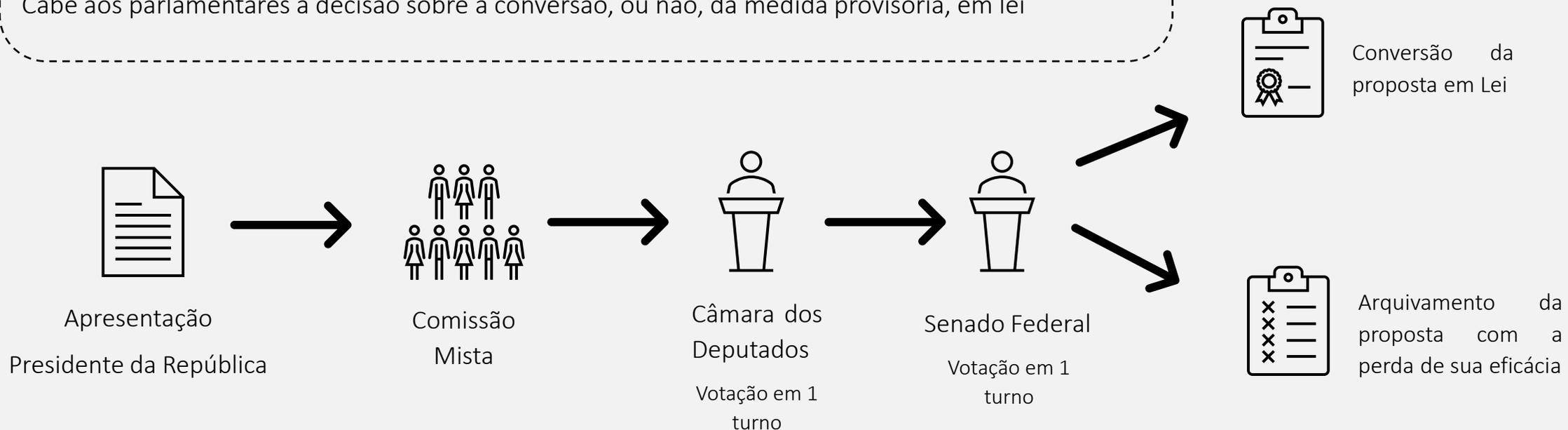
Manutenção dos preços dos alimentos

# Como uma MP é discutida no Congresso

A MP é uma norma editada pelo Presidente da República, de forma excepcional, em casos de urgência e relevância.

Sua vigência é imediata, porém, limitada ao prazo de 60 dias, prorrogáveis por igual período (60 dias), tempo para que haja sua análise pelo Congresso Nacional.

Cabe aos parlamentares a decisão sobre a conversão, ou não, da medida provisória, em lei



# MPs a serem apreciadas

Atualmente

**20 medidas provisórias**

estão em tramitação no Congresso Nacional

12 versam sobre regulamentação de subvenções e créditos extraordinários diversos

**MP 1199/2023**

Prorrogação do Desenrola Brasil Faixa 1

**MP 1201/2023**

Remissão de créditos tributários nas importações de produtos automotivos do Paraguai

**MP 1198/2023**

Bolsa permanência no ensino médio para estudantes de baixa renda

**MP 1202/2023**

Reoneração da folha de pagamento e revogação de outros benefícios fiscais

**MP 1186/2023**

Enfrentamento de emergências fitossanitárias ou zoossanitárias

**MP 1203/2023**

Reestruturação nos planos de cargos e carreiras especializados

**MP 1184/2023**

Tributação de fundos de investimento

**MP 1205/2023**

Programa de Mobilidade Verde e Inovação